

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ” NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS Nº 027/2021

*Publicado nesta data mediante afirmação
no Placard de Aviso da Prefeitura.*

Ouro Verde de Goiás, 09/10/2021

Wellington Rezende de Moura

CONTRATO ADMINISTRATIVO
VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRA,
CELEBRADO ENTRE O **MUNICÍPIO
DE OURO VERDE DE GOIÁS E A
EMPRESA CONSTRUTORA
INTEGRA ENGENHARIA LTDA.**

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES:

1.1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.485.531/0001-84, com sede administrativa na Rua Carlos de Pina nº 72, Centro, Ouro Verde de Goiás - GO, neste ato representado por seu Gestor, Senhor **WELLINGTON REZENDE DE MOURA**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 612.392.751-53, residente e domiciliado na cidade de Ouro Verde de Goiás, Goiás; e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE OURO VERDE DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Carlos de Pina, nº 38, Casa 2, Centro, Ouro Verde de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 30.597.659/0001-38, representada neste ato por sua gestora **LIZANIA NUNES DA CUNHA RAMOS**, brasileira, casada, portadora do CPF sob o nº 004.081.501-30, residente e domiciliada na cidade de Ouro Verde de Goiás, Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTES**.

1.2. CONTRATADA: CONSTRUTORA INTEGRA ENGENHARIA LTDA, pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 34.719.868/0001-68, com sede na Av. Madre Maria dos Anjos, Qd. N Lt. 28, sala 03, Bairro Jundiá – na cidade de Anápolis - GO, neste ato representada pela proprietária e sócia **NAYARA KELLY SILVA RAMOS**, brasileira, união estável, engenheira civil, portadora do CPF nº 033.866.911-61 e da RG nº 5418630 STPC-GO, residente domiciliada na Rua L-17, Qd 01, Residencial Veredas do Bosque, Apt. 102, Jardim Europa, na cidade de Anápolis – GO, doravante denominada **CONTRATADA**.

2.0. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A unidade escolar supracitada não conta com um centro administrativo adequado, dificultando os trabalhos internos, bem como o atendimento ao público em geral, e o fluxo de informações administrativas e pedagógicas.





2.2. Portanto, para garantir um atendimento de qualidade e, concomitantemente, gerar melhores resultados do ponto de vista administrativo, a organização do centro administrativo precisa acompanhar o dinamismo institucional, favorecendo o trabalho de forma global.

2.3. Como pode – se ver, um centro administrativo adequado é uma estratégia para garantir uma linha de trabalho mais coesa e aumentar o índice de satisfação da comunidade escolar, consolidando a tecnologia de gestão educacional entre os colaboradores, melhorando a produtividade e beneficiando a escola sob diversas óticas.

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. O presente procedimento tem como base o **Art. 22, II, §2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, que estabelece normas gerais de licitação, bem como pelas regras estatuídas nas **Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014**.

3.2. O presente procedimento licitatório de **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2021 é originário do Processo Licitatório nº 026/2021**.

4.0. CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO:



4.1. O presente Procedimento tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI – PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS “BENÉ”, conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO: Projetos, Composições de Orçamento, Planilha Orçamentária e Demonstrativo de BDI, parte integrante do processo licitatório, Tomada de Preço nº 004/2021**.

4.2. Deverão estar incluindo nos preços todos os custos tais como: impostos e taxas, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciárias, de segurança do trabalho ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários ao fornecimento, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

5.0. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão executados no **CMEI Professora Benedita Gomes dos Santos “Bené”**.

5.2. O início das obras fica condicionado à emissão da ordem de serviço e deve ser iniciada em até **15 (quinze)** dias após sua expedição, a obra deve ser executada em no máximo **90 (noventa)** dias após seu início. Obrigatoriamente devem ocorrer as medições de todas as etapas da obra. As medições devem ser aprovadas pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município de Ouro Verde de Goiás - GO.

5.3. Quando da execução dos serviços por parte da contratada, for detectado que os mesmos não atendem às necessidades do Município, a contratada deverá refazê-los sem ônus adicionais.

5.4. As despesas com hospedagem, alimentação e transporte, do Engenheiro ou de sua equipe em seus deslocamentos à Sede da Contratante, será por conta da CONTRATADA.

5.5. Todas as demais despesas e custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços ora licitados correrão inteira e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6.0. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR.

6.1. O valor global do presente contrato será da ordem de **R\$ 219.064,35 (duzentos e dezenove mil e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.0. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Pagamento será realizado com recursos do Tesouro Municipal, bem como emendas parlamentares estaduais ou federais e convênios que vierem a ser firmados;

7.2. Os pagamentos serão realizados mediante a execução de cada etapa de serviços a cada 30 dias.

7.3. Após conferência da medição pelo Arquiteto responsável pelo acompanhamento das obras do Município, o pagamento será efetuado após a emissão da respectiva nota fiscal, em até 30 (trinta) dias a contar do respectivo protocolo, acompanhada das certidões:

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pelo Órgão responsável da Sede da empresa licitante;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, através de Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Sociais, expedida pela Receita Federal;
- **Prova de regularidade junto ao FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- **Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho**, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida Tribunal Superior do Trabalho.

7.4. A empresa executora será responsável por qualquer problema na obra por um período de 01 (um) ano e por 03 (três) anos por problemas estruturais;

7.5. A empresa terá um prazo de **90 (noventa) dias** para conclusão das obras, após emissão da ordem de serviços.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de compensadas eventuais sanções ou penalidades relativas ao descumprimento total ou parcial, dispostas no instrumento contratual.

8.0. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. Os recursos inerentes à execução de serviços dispostos nas leis orçamentárias aprovadas para o exercício de 2021 em vigor assim classificada: **09.15.12.365.404.2.051.4.4.90.51 FONTE: 124.**

9.0. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. DA CONTRATADA:

- 9.1.1. Se compromete a realizar os serviços requisitados de acordo com as especificações previstas neste contrato, enquanto durar a sua vigência;
- 9.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 9.1.3. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre o serviço deste contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;
- 9.1.4. Iniciar o serviço imediatamente depois de recebida a ordem de serviço da Secretaria requisitante, informando, em tempo, hábil, qualquer motivo impeditivo ao início de sua execução;
- 9.1.5. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, bem como, com ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes e roubo;
- 9.1.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente nos locais de trabalho; Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato sem a anuência do contratante;
- 9.1.7. A Contratada deverá executar os serviços em até 90 (noventa) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho da prestação dos serviços objeto deste contrato.
- 9.1.9. Responsabilizar-se pela eventual necessidade de substituição do(s) equipamento(s)/ferramenta(s) por outro(s) nas mesmas condições, quando houver necessidade de consertos ou revisão.
- 9.1.10. Manter, durante a execução do contrato, todas as exigências do ato convocatório.
- 9.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários ou quaisquer despesas inerentes a esta Contratação, os quais deverão estar inclusos nos preços ofertados.
- 9.1.12. Assumir todos os riscos pela manutenção dos equipamentos/ferramentas, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade por eventuais danos sofridos ou causados pelo mesmo,

tanto materiais como físicos, em caso de acidentes aos funcionários, devendo a CONTRATADA providenciar seguro contra acidentes pessoais.

9.1.13. Comunicar aos seus Contratados todas as políticas internas da empresa, bem como comunicá-los sobre as mudanças que venham a acontecer no decorrer do Contrato.

9.1.14. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho, bem como as demais normas trabalhistas tais como pagamento de verbas e encargos trabalhistas dos seus contratados.

9.2. DO CONTRATANTE:

9.2.1. São de responsabilidades da Contratante o acompanhamento e a conferência dos serviços executados conforme disposto no edital.

9.2.2. O CONTRATANTE designará o Senhor **THIAGO SILVA OLIVEIRA – CREA/CAU Nº A109143-3** como **Gestor do Contrato** responsável pela fiscalização e acompanhamento da sua execução nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93**.

9.2.3. O CONTRATANTE se obriga a efetuar o devido pagamento ao **CONTRATADO**, referente aos serviços executados, e remeter advertência ao **CONTRATADO**, por escrito, se os serviços não forem executados de forma satisfatória.

9.2.4. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência e do Contrato.

9.2.5. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelecem o Termo de Referência e do Contrato.

9.2.6. Atestar as notas fiscais/faturas no caso de pessoa jurídica e verificar relatórios e folha de frequência para as pessoas físicas, desta forma, será liberado o processo de pagamento no prazo determinado;

9.2.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Termo de Referência e no Contrato. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

9.2.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

9.2.9. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

9.2.10. Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/Recibo, nos seguintes casos:

- a) incoerência na prestação de serviços, de responsabilidade da CONTRATADA;
- b) prestação de serviço em desacordo com as condições estabelecidas;
- c) erros, omissões ou vícios nas notas fiscais;

10.0. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

10.1. A vigência do contrato administrativo será até o dia 31 de maio de 2022, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, objetivando resguardar o pagamento das despesas decorrentes com da execução das obras e serviços considerando que a execução das obras se estima em 90 (noventa) dias, conforme detalhado no cronograma físico financeiro.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRORROGAÇÃO:

11.1. A paralização ou redução do ritmo de execução da obra, por ato da Administração deverá ser motivado e fundamentado, sendo o mesmo considerado para devolução e prorrogação;

11.2. As obras poderão ser prorrogadas até o ato de sua conclusão, quando a alteração do cronograma de execução for provocada pela Administração, observados os fundamentos e motivação, e desde que mantidas as condições inicialmente pactuadas;

11.3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, nos casos dispostos no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4. Caso haja necessidade de aditamento, supressão, ou por motivo de caso fortuito ou força maior, se no prazo acordado não se constituir êxito na conclusão do objeto, observado as condições estatuídas na Lei Federal nº 8.666/93.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS:

12.1. As obras em desconformidade com as especificações técnicas não serão aceitas pela administração, salvo situações provenientes de alteração de projeto devidamente documentadas.

12.2. As falhas e vícios de construção não serão admitidos até a integral reparação e adequação, sem ônus para a administração mantidas as condições de qualidade, nos prazos arrazoados pela Administração e reduzidos a termo, conforme art. 69, caput da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções editalícias e contratuais.

12.3. O descumprimento dos prazos de conclusão pode caracterizar descumprimento parcial ou total do contrato gerando as sanções previstas neste edital.

12.4. Após a conclusão de cada etapa de obra, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a Administração para vistoria, que emitirá no prazo de até 15 dias, para o termo de aceite e recebimento provisório, nos termos do art. 73, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5. Após a conclusão total da obra, a contratada comunicará formalmente a Administração que no prazo de até 60 dias emitirá o termo de recebimento definitivo, ficando a contratada responsável pelas garantias da legislação civil e legislação especial, cabível ao caso respectivo.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

13.1. O contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas e motivações, nos casos previsto no art. 65, I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras e serviços, até o percentual de **25% (vinte e cinco) por cento**, do valor inicial atualizado do contrato, **nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93**, sendo vedados acréscimos que ultrapassem os referidos limites.

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE E RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS:

14.1. As variações de preços ocorridas em razão atualização e compensações não poderão ser reajustados.

14.2. Poderá haver a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos valores contratados, nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que se comprove de forma inconteste, o fato imprevisível mediante motivos e fundamentos capazes de suportar o pleito.

14.3. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro disposto no item retro será solicitado por meio de petição formal protocolada junto à Administração, devidamente instruída com os fatos, fundamentos e documentos que comprovem a imprevisão para o caso, cujo pedido não gera efeito suspensivo quanto às solicitadas já efetivadas.

14.4. O Município de Ouro Verde de Goiás - GO terá 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a análise dos fatos, desde que a documentação instrutória seja suficiente para comprovar o pleito.

14.5. Caso a documentação inicialmente apresentada seja insuficiente para a esmerada análise do pleito, poderá a Administração diligenciar o fornecedor para justificação ou mesmo complementação documental necessária a conclusão do pleito.

14.6. Caso ocorra a necessidade de diligenciamento a Administração suspenderá os pedidos até o julgamento do pleito estando o fornecedor suspenso temporariamente das obrigações.

14.7. Sendo julgado improcedente o pleito de reequilíbrio econômico financeiro ou mesmo constatado que possuiu fins protelatórios serão aplicadas ao fornecedor registrado as sanções dispostas neste edital.

14.8. Em ambos os casos o reajuste e a recomposição dependerão de aprovação prévia do Município, comprovado a fonte de recurso e disponibilidade orçamentária e financeira, bem como permissiva expressa do Conveniente.

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO:

15.1. DA INEXECUÇÃO:

15.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente.

15.2. DA RESCISÃO:

15.2.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções dispostas no edital e instrumento de contrato e demais previstas em lei ou regulamento.

15.3. Constituem, além de qualquer transgressão de legislação ou regulamento, causas de rescisão contratual:

15.3.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.3.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.3.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

15.3.4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

15.3.5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

15.3.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

15.3.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.3.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

15.3.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

15.3.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

15.3.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

15.3.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

15.3.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

15.3.14. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

15.4. A rescisão do contrato poderá ser:

15.4.1. Determinada por **ato unilateral** da Administração conforme determina o Art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4.1.1. A rescisão unilateral se dará sempre que motivada pelo **CONTRATADO**, em especial nas situações dispostas nos incisos I a XII e XVII do **art. 78**, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.4.2.1. A rescisão bilateral amigável deverá ser precedida de autorização, devidamente motivada e fundamentada pelas partes.

15.4.3. Judicial, nos termos da legislação;

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem além das sanções pecuniárias escritas neste edital e ainda:

16.1.1. Advertência por escrito;

16.1.2. Multa.

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo de 02 até (dois) anos, conforme dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/93;

16.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 anos.

16.1.2. A sanção prevista no **Item 16.1.4**, depende de processo administrativo e manifestação da Assessoria Jurídica, depois de concedido o contraditório e a ampla defesa dos interessados, por um prazo de 15 (quinze) dias.

16.3. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS:

17.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor disposto no cronograma para o período, e ainda se perdurar a inércia será atribuída juros moratórios de 0,33% ao dia sobre o saldo do valor contratado, limitado a 10%.

17.2. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

18.0. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

18.1. A Administração Municipal convocará a CONTRATADA vencedora do certame por publicação no site oficial do município ou e-mail, em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação da Tomada de Preços e adjudicação a informar a modalidade de garantia de execução contratual, no valor de **05% (cinco por cento)**, do valor global contratado, na modalidade que optar dentre as adiante relacionadas:

18.1.1. Caução em Títulos da Dívida Pública – os títulos deverão ser escriturais mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

NOTA: A CONTRATADA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.2. Seguro-Garantia – a apólice deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA 1: Caso a CONTRATADA optar por essa modalidade de garantia deverá inserir na apólice cobertura referente às obrigações trabalhistas bem como as previdenciárias e fiscais.

NOTA 2: A CONTRATADA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.3. Fiança Bancária – A carta de Fiança deverá vigor pelo prazo do CONTRATO.

NOTA: A CONTRATADA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **15 (quinze)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.1.4. Caução em dinheiro: No caso de dinheiro o depósito deverá se efetuar na conta bancária em nome do Município de Ouro Verde de Goiás sendo: Agência 5127, Conta Corrente nº 2339-7 (arrecadação) Banco Itaú. As demais garantias seguem o prazo retro e a não comprovação da garantia inabilitará a CONTRATADA e a não comprovação da garantia inviabilizará a assinatura do contrato, possibilitando as sanções previstas neste edital.

NOTA: A CONTRATADA deverá prestar esta modalidade de garantia no prazo de **5 (cinco)** dias após a assinatura do contrato sob pena de aplicação de penalidades.

18.2. No caso de utilização da garantia para o pagamento de débitos da CONTRATADA, esta deverá providenciar a correspondente reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da data em que for notificada.

18.3. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA e desde que não haja pendências com o **Município de Ouro Verde de Goiás.**

19.0. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. As partes dão ao presente instrumento o caráter de título executivo extrajudicial, nos termos do **Art. 784, Inciso II** do Código de Processo Civil Brasileiro.


19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis - Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da execução e cumprimento do mesmo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que se apresente.


19.3. E, por estarem assim justos e contratados, digitou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo que uma delas constituirá o arquivo cronológico do Município e, depois de lido e



achado conforme pelos partícipes, na presença das testemunhas abaixo declaradas, foi tudo aceito, sendo assinado pelo CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas.

Município de Ouro Verde de Goiás - GO, aos 06 dias do mês de dezembro de 2021.


Wellington Rezende de Moura
MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS
CNPJ sob o n.º 01.485.531/0001-84
CONTRATANTE


Lizania Nunes da Cunha Ramos
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CNPJ SOB Nº 30.597.659/0001-38
CONTRATANTE


Nayara Kelly Silva Ramos
CONSTRUTORA INTEGRA ENGENHARIA LTDA
CNPJ SOB Nº 34.719.868/0001-68
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Gabriela martins o. Silva
CPF: 703.441.321-85

Nome: Priscila Larla Ramos
CPF: 028.071.711-33

